

PREFÁCIO — *Mauricio Godinho Delgado* 15

INTRODUÇÃO

O princípio da vedação do retrocesso no Direito do Trabalho 19
 Plano da obra 22

CAPÍTULO I

**Evolução Histórica do Direito Internacional do Trabalho:
 Manifestações Jurídicas Positivas do Princípio da Vedação do
 Retrocesso no Direito do Trabalho**

1. Antecedentes históricos 25

1.1. Pressupostos econômicos: A consolidação do modo de produção capitalista, a gênese dos regimes nacionais de proteção ao trabalho e a concorrência internacional 26

1.2. Manifestações incipientes 27

1.2.1. Manifestações particulares 27

1.2.2. Manifestações acadêmicas 28

1.2.3. O ativismo social cristão 30

1.2.4. Manifestações oficiais iniciais 32

1.3. A proteção ao trabalho como destaque na agenda internacional: os primeiros congressos internacionais 33

1.3.1. Os primeiros congressos internacionais de legislação do trabalho 33

1.4. Esboço histórico da Organização Internacional do Trabalho: a criação de organismos internacionais de caráter privado ... 34

1.4.1. A primeira internacional e os congressos internacionais operários de caráter socialista 34

1.4.2. A criação da Associação Internacional para a Proteção Legal dos Trabalhadores 36

1.4.3. Os frutos da atuação da Associação de Proteção Legal ao Trabalho: as conferências internacionais e as primeiras convenções internacionais de proteção ao trabalho 37

2. Formação histórica do Direito Internacional do Trabalho	41
2.1. Criação da Organização Internacional do Trabalho	41
2.1.1. Elementos político-sociais atuantes no processo de criação da Organização Internacional do Trabalho	41
2.1.1.1. Intensificação e fortalecimento do movimento sindical internacional: o fecundo período de guerra	41
2.1.1.2. A Revolução Russa	44
2.1.2. A Conferência de Paz	45
2.1.3. O Tratado de Versailles	49
2.2. A Organização Internacional do Trabalho no período entre guerras: a consolidação da entidade internacional como órgão técnico permanente	54
2.3. A Organização Internacional do Trabalho, a Segunda Guerra Mundial e a Declaração da Filadélfia	56
2.3.1. A Declaração da Filadélfia: densificação normativa do princípio da justiça social e da progressão sociojurídica do trabalhador	57
2.3.2. As Conferências de Paris em 1945, de São Francisco em 1946 e as reformas constitucionais da OIT: a autonomia da entidade internacional e a constitucionalização da Declaração da Filadélfia	59
2.3.3. A Organização das Nações Unidas e os direitos econômico-sociais	61
2.3.3.1. O ingresso da OIT no sistema da ONU: o revigoramento do papel da OIT no desenvolvimento socioeconômico das nações.....	64
2.4. A Declaração de Direitos do Homem de 1948 e os direitos humanos sociais	65
2.4.1. A Declaração de Direitos do Homem de 1948 e a revisão do dogma da soberania	66
2.4.2. O problema dos fundamentos dos direitos do homem e o consenso prático	67
2.4.3. O problema da força jurídica da Declaração de Direitos de 1948	69
2.4.4. Os princípios ético-jurídicos consagrados na Declaração de Direitos do Homem	72
2.4.4.1. A dignidade da pessoa humana como vetor axiológico dos direitos do homem	73
2.4.4.2. A igualdade jurídica como exigência da dignidade humana	73

2.4.4.3.	A liberdade como fundamento e finalidade da ordem jurídica promocional da pessoa humana	75
2.4.4.4.	O substrato axiológico da fraternidade e seus consectários jurídicos	77
2.4.5.	A Declaração de Direitos do Homem e os direitos dos trabalhadores	79
3.	Os pactos de direitos civis e políticos e de direitos econômicos, sociais e culturais de 1966	82
3.1.	Os pactos de direitos humanos de 1966 e os direitos dos trabalhadores	86
3.2.	O problema do sistema de controle dos direitos humanos de cunho econômico, social e cultural	91
4.	Os direitos humanos nos sistemas regionais	92
4.1.	Convenção americana de direitos humanos e o protocolo de São Salvador	92
4.2.	A proteção da pessoa humana no âmbito da Organização dos Estados Americanos e os direitos dos trabalhadores	93
4.2.1.	Os direitos dos trabalhadores catalogados no Pacto de São Salvador	96
4.3.	A Declaração da OIT relativa aos princípios e direitos fundamentais	97

CAPÍTULO II

O Princípio da Vedação do Retrocesso nos Tratados e Convenções Internacionais de Trabalho

1.	Os tratados e convenções internacionais no quadro geral da teoria das fontes do direito	100
1.1.	Fontes do direito: definição, genealogia e classificação	100
1.2.	Os tratados e convenções internacionais de trabalho como fonte formal do direito	106
1.2.1.	Tratados e convenções internacionais de trabalho: definição e distinções terminológicas	106
1.2.2.	As relações entre as ordens jurídicas nacional e internacional	108
1.3.	Tratados e convenções internacionais de trabalho: natureza jurídica	111
1.4.	Os tratados e convenções internacionais de trabalho: validade formal (vigência) e validade material (posição hierárquica)	113

1.4.1.	Validade formal das normas derivadas de tratados e convenções internacionais (vigência)	113
1.4.1.1.	A vigência internacional	114
1.4.1.1.1.	Legitimidade subjetiva e material.....	114
1.4.1.1.1.1.	Legitimidade subjetiva: especificidades de representação dos Estados na Organização Internacional do Trabalho	115
1.4.1.1.2.	Procedimentos inerentes à validade internacional do tratado internacional...	116
2.	O regime jurídico das reservas no sistema da Convenção de Viena e especificidades dos tratados multilaterais	121
3.	Regime especial de reservas no plano da Organização Internacional do Trabalho: a reserva implícita ao retrocesso social	123
3.1.	O princípio da progressão social do trabalhador: a reserva implícita ao retrocesso sociojurídico	125
4.	Procedimentos inerentes à validade interna do tratado internacional	129
4.1.	Termo final de vigência internacional dos tratados e convenções internacionais de trabalho	133
4.2.	Validade material dos tratados e convenções internacionais: o problema do <i>status</i> hierárquico dos tratados e convenções internacionais, tratados internacionais consagradores de direitos humanos e convenções internacionais de trabalho ...	137
4.3.	Hierarquia dos tratados internacionais consagradores dos direitos humanos	141
4.4.	Os tratados internacionais sobre direitos humanos na Constituição Federal de 1988	143
4.5.	Posição hierárquica dos tratados e convenções internacionais de trabalho	153
4.6.	O princípio da norma mais favorável como critério hierárquico das normas justralhistas	153
4.6.1.	Parâmetros metodológicos de apuração da norma mais favorável	156
4.6.2.	O princípio da norma mais favorável e as convenções da Organização Internacional do Trabalho ..	158
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161